

PARA ALÉM DA ESCOLARIZAÇÃO: O MST RUMO A UM PARADIGMA PROGRESSISTA DE GESTÃO

Arlete Ramos dos Santos¹ – UFMG
arlerp@hotmail.com

Gilvan dos Santos Sousa – UESB
gil-uesb@hotmail.com

Eixo 4: 'Organização do trabalho pedagógico' nas escolas públicas na Educação Básica (projeto político pedagógico, gestão, currículo, avaliação, cultura, políticas de acesso e permanência)

Resumo: Este artigo traz um estudo do paradigma de gestão educacional implementada no MST, concluindo que esta se define como gestão democrático/participativa. Entretanto, observa-se que este é o mesmo paradigma defendido pelo Governo Federal, bem como, os organismos internacionais. Porém, com base em estudos realizados, são encontradas diferenças significativas quanto aos pressupostos e racionalidades que embasam a gestão nesses diferentes espaços, trazendo-as para o debate nesse texto. Um aspecto relevante é que a gestão democrática, proposta para acontecer em escolas de assentamentos e acampamentos, tem como princípio a autogestão, pois prima por ter autonomia em relação ao Estado no que se refere a elaborar programas, métodos e técnicas para serem desenvolvidos nas escolas. Outro aspecto observado é que, ao analisar os espaços de atuação da gestão educacional no MST, observa-se a presença de objetivos dicotômicos, porque a referida gestão precisa atuar como militante no MST, com base em pressupostos político/ideológicos socialistas, e, ao mesmo tempo desempenhar a sua função burocrática nas secretarias municipais de educação que fazem parte do sistema capitalista. Conclui-se que o MST possui uma forma própria de organicidade, horizontalizada, com coletivos educacionais, sendo a gestão denominada de coordenação de área, a qual Santos (2010) atribui a nomenclatura de *racionalidade coletiva*.

Palavras-chave: gestão educacional; MST; racionalidade coletiva.

A escola como instituição de educação surgiu na sociedade europeia moderna, com objetivos de transmissão de conhecimentos, principalmente para atender aos interesses da sociedade capitalista, que se desenvolveu com o avanço tecnológico. No século XIX, na Europa, os sistemas públicos educacionais já implementavam uma educação de massas, laica e gratuita (MEINERZ & CAREGNATO), enquanto que no Brasil, a democratização do ensino tem sido propagada após a década de 1980, com a implementação das políticas públicas oriundas da Constituição de 1988, a exemplo da LBB 9.394/96.

A escolarização, derivada do substantivo “escola”, é uma invenção humana que deve ser compreendida com as especificidades próprias de cada contexto social e também como práticas culturais, sendo reinventada em cada conjuntura de complexificações urbano-industriais, e, nesse momento, no Brasil, vem também sendo expandida no espaço rural, sendo denominado de *escola do campo*, onde acontece a *educação do campo*. A palavra “campo” na

¹ Doutoranda (UFMG), professora assistente (UESC)
<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=3631708MY7FO09>

educação do campo não significa o perfil do solo em que o agricultor trabalha, mas o projeto histórico de sociedade e educação que vem sendo forjado nos e pelos movimentos campesinos (FERNANDES, MOLINA, 2004).

No que se refere à educação, a Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96) contém artigos que trazem adequações curriculares às especificidades do meio rural. Foi com essa abertura política e legal, que os movimentos sociais passavam a discutir a mudança na nomenclatura da educação rural, propondo a mudança do termo de educação rural para Educação do Campo. Segundo Fernandes, Cerioli e Caldart (2004, p. 25),

a utilização da expressão campo tem o intuito de propiciar uma reflexão sobre o sentido do atual trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. No final dos anos de 1990, a proposta educativa construída pelo Movimento Sem Terra (MST) passa a ser discutida no âmbito das reflexões sobre a Educação do Campo com o propósito de conceber uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais.

Nesse sentido, os movimentos sociais do campo, tem buscado um paradigma progressista para gerir as escolas nesse espaço, o qual leva em consideração a participação dos indivíduos como seres que constroem a sua própria história. De acordo com Behrens (2003, p. 88), num paradigma progressista de gestão,

a escola estabelece um clima de diálogo, de inter-relação, de transformação e em que tudo está sempre em processo. Ela se caracteriza como uma instituição libertadora, democrática, dialógica e crítica. Ademais, a escola tem como função social ser politizada e politizadora, instigando a participação do aluno e do professor para reflexão num contexto histórico e provocando a intervenção para a transformação social.

Apesar de a educação do campo ter sido uma conquista de vários movimentos sociais do campo, neste trabalho será abordada apenas a participação do MST, por se tratar de resultados de uma pesquisa sobre esse Movimento. A gênese do MST está relacionada com a repressão dos governos militares implantaram um modelo econômico agropecuário denominado de modernização conservadora, com o objetivo de acabar com o campesinato e “modernizar a agricultura”, com ênfase na tecnologia. Esse modelo teve como consequência a substituição do trabalho de base material, ou seja, no que se refere ao lucro, da mais-valia absoluta, para a mais-valia relativa.

Nesse sentido, como o próprio capitalismo é contraditório, ele gerou as bases de recomposição produtiva do campesinato, a partir das lutas dos trabalhadores pela própria sobrevivência. Surge, assim, o MST da ação de militantes de reforma agrária, militantes

sindicais e agentes pastorais ligados à igreja, que definiram o apoio à existência de um instrumento de luta mais ágil e massivo para a conquista da terra (MENEZES NETO, 2003, p. 50).

As formas de lutas desenvolvidas pelo MST são organizadas como ações coletivas das massas, a exemplo das marchas, passeatas, mobilizações, ocupações de órgãos públicos, encontros, seminários, congressos. Os seus princípios² foram definidos no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, realizado em Cascavel, Paraná, em 1984, quando ele se tornou efetivamente, um movimento social de caráter nacional.

A sua estrutura organizativa é composta da seguinte forma: Congresso Nacional, Coordenação Nacional, Encontros Estaduais, Coordenações Estaduais, Coordenações Regionais, Coordenações de assentamentos e acampamentos, formação de instâncias de representação de setores de atividades nos assentamentos e acampamentos.

Essa configuração foi definida no início da década de 1990, e seguidamente, o MST se estruturou nos seguintes setores: Frente de Massa, Produção, Educação, Comunicação, Formação, Finanças, Gênero, Projetos Nacionais. O setor de Projetos Nacionais se subdivide em Relações Internacionais e Direitos Humanos.

De acordo com Caldart (2006, p. 161), o setor de Educação do MST, que faz parte desse estudo, tem a função de articular e potencializar as lutas e experiências educacionais já existentes, e, ao mesmo tempo, desencadear a organização do trabalho onde ele não havia surgido de forma espontânea. Surgiu em 1987, e tem como base, por meio da pedagogia emancipatória, construir uma sociedade igualitária, entendendo a educação como um elemento fundamental nos processos de transformação social, cujo objetivo é contribuir para a construção de um novo homem e uma nova mulher, libertos de todas as formas de opressão e de exploração (CALDART, 1997, p. 11).

O termo “setor de educação” tem um cunho político/ideológico, por ser dado pelos sem-terra ao grupo que cuida de implementar a proposta de educação do MST nos assentamentos e acampamentos. Geralmente, neste grupo estão as pessoas que cuidam dos aspectos burocráticos da educação junto às administrações municipal, estadual e federal (PEREIRA, 2008, p. 218).

²1) Que a terra seja para quem nela trabalhe; 2) Lutar por uma sociedade sem explorados e exploradores; 3) Ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a reforma agrária; 4) Organizar os trabalhadores rurais na base; 5) Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; 6) Dedicar-se a formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; 7) Articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina (NORMAS GERAIS DO MST, 1989).

A gestão da educação no MST está totalmente imbricada às questões sociais e culturais pelas quais perpassam os sujeitos, sendo construída a partir da própria história, por isso, denominada por Caldart (2004), como a “Pedagogia em Movimento”.

Mas a gestão da educação no MST é feita por meio da “ocupação pela escola”, termo que surgiu das lutas por escolas nos assentamentos, quando, nas primeiras ocupações de terra esse direito ainda não era garantido (CALDART, 2004).

Assim, a ocupação não acontece somente na luta pela terra, mas também, pela educação. Ou seja, essa ocupação se relaciona a uma das formas de organização da classe trabalhadora e está vinculada à luta de classes que se torna numa luta por múltiplos aspectos, sendo a educação apenas uma parte desse todo, cujo objetivo maior é acabar todas as formas de exploração social, de exclusão, de desemprego e de injustiça.

O setor de educação do MST tem como premissa a gestão participativa ou democrática na perspectiva de adequar seus objetivos de forma que beneficie a classe trabalhadora. Todos participam da tomada de decisões dividindo tarefas e tendo como ponto central a relação orgânica entre direção e todos os envolvidos na educação (PEREIRA, 2008). Assim o MST acredita que dessa forma está exercendo uma gestão desburocratizada.

O termo “Gestão Democrática” foi expresso desde a Constituição Federal de 1988, no Art. 206. As diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/96, responde este princípio no inciso VIII, do art. 3º, que, reconhecendo como princípio federativo repassou aos sistemas de ensino a definição das normas da gestão democrática do ensino: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Para Gadotti, a gestão democrática participativa adquire uma dimensão articuladora dos recursos humanos, burocráticos e financeiros, objetivando o cumprimento da essência da educação: fazer da educação tanto formal quanto não formal, um espaço de formação crítica (2006, p. 52).

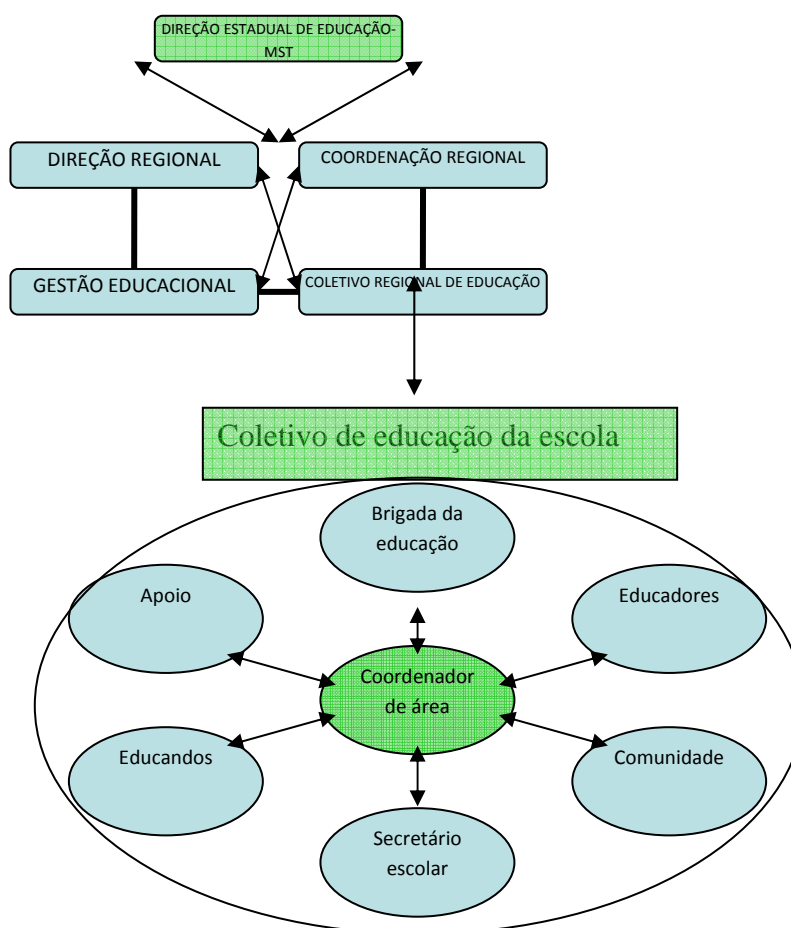
Para pensar nessa forma de educação diferente, no caso do MST, foi gestada uma proposta de educação específica não relacionada aos pressupostos da burocracia estatal. Porém, construída de forma coletiva com os educadores, bem como o Movimento buscou mecanismos para garantir uma formação inicial e continuada aos professores, o que levou o grupo, nas discussões do coletivo de educação, criar os princípios filosóficos³ e pedagógicos do Movimento. Esse material pedagógico foi sistematizado pelo Coletivo Nacional de

³1) Educação para a transformação social; 2) Educação para o trabalho e a cooperação; 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4) Educação com/para valores humanistas e socialistas; 5) Educação como um processo permanente de formação e transformação humana (CADERNO DE EDUCAÇÃO nº 08).

Educação do MST, criado em 1990, e tem como arcabouço teórico a concepção de educação transformadora. O objetivo central é a formação humana e a conscientização mediante reflexão de sua prática social, tendo o trabalho como princípio educativo, sendo que essa prática social passa a ser a matriz geradora de conteúdos, metodologias e debates educacionais (SOUZA, 2006, p. 216).

Assim, a gestão democrática, proposta para acontecer em escolas de assentamentos e acampamentos, tem como princípio a autogestão, pois prima por ter autonomia em relação ao Estado no que se refere a elaborar programas, métodos e técnicas para serem desenvolvidos nas escolas. De acordo com os estudos realizados por Santos (2010) a gestão educacional do MST está organizada conforme organograma abaixo:

Organização da gestão da educação do MST



A educação se faz presente no MST desde a fase de acampamento, mas, a gestão, apesar de estar submissa às secretarias de educação, acontece de forma diferenciada, pois o gestor no MST é denominado de *coordenador de área*, por achar que a denominação de

“gestor” está relacionada ao capital. Além disso, não existem, teoricamente, chefes ou chefiados, uma vez que todas as decisões são tomadas coletivamente. Porém, apesar de as escolas estarem organizadas com base na burocracia estatal, pois são escolas públicas estatais, todas mantêm vínculo político/ideológico com o Coletivo de Educação do MST (SANTOS, 2010).

Observa-se no organograma acima uma disposição hierárquica estadual, ainda que em forma de coletivos, o que caracteriza a presença de uma “burocracia⁴ diferenciada”, pois há submissão de uma instância sobre a outra, em escala decrescente, porém, com horizontalização entre os coletivos para decidirem os trabalhos a serem executados por todos. É importante salientar que cada grupo está intrinsecamente conectado ao outro, seja no diálogo ou na realização conjunta de tarefas. A direção e coordenação regionais dialogam com a direção e coordenação estadual e trazem as deliberações para o coletivo regional, que por sua vez passam o que ficou decidido para as coordenações de área. E tais coordenações fazem os encaminhamentos junto ao coletivo da escola.

Assim, o coordenador de área (gestor⁵) do MST deve observar as determinações do que é discutido no movimento, e também participar das reuniões e decisões das secretarias de educação. Nessa dualidade de espaços, muitos conflitos são vivenciados, pois a pedagogia educativa do MST, conforme sua proposta pedagógica, é socialista, dicotomizando quanto aos fins e meios da burocracia estatal (Secretarias de Educação) que está inserida no sistema capitalista.

Santos (2010), ao analisar a gestão educacional do MST e a burocracia do Estado, conclui por meio de suas pesquisas que o conceito de burocracia como organização racional ou racionalidade técnica não dá conta de explicar essa forma de organização do MST, uma vez que a organicidade desse movimento social se dá de maneira horizontalizada. Assim, a autora sugere o conceito de *Racionalidade Coletiva* para explicar a forma como está estruturada a gestão educacional no MST.

De acordo com o dicionário de Filosofia, o termo “racionalidade” vem do latim *rationalis*, e expressa a característica daquilo que é racional (JUPIASSU, 2008, p. 233). Porém, Weber relaciona a racionalidade com a ação racional, dando duas acepções ao termo: a primeira é a *ação racional valorativa*, caracterizada como a realização de acordos com

⁴O conceito da burocracia teve como primeiro expoente, também, Hegel que a analisou como elemento de mediação entre governantes e governados, a partir da separação do interesse universal (Estado) e dos interesses particulares (Sociedade Civil) (TRATEMBERG, 2006, p.30).

⁵ O MST acha que o termo gestor está mais voltado para a burocracia estatal. Por isso, prefere a denominação Coordenação de área para se referir ao responsável por uma escola específica.

certos valores, a exemplo de rituais culturais; e a segunda é a *ação racional instrumental* que visa fins e objetivos específicos voltados para o capitalismo e a técnica. Portanto, “a racionalidade é o estabelecimento de uma adequação entre uma coerência lógica (descritiva, explicativa) e uma realidade empírica” (JUPIASSU, 2008, p. 233). É com base neste último conceito que entende a concepção de racionalidade no MST.

Na proposição do conceito de “Racionalidade Coletiva”, o adjetivo “coletiva” tem o intuito de caracterizar a forma de funcionamento da gestão no MST, seja no aspecto do Movimento como um todo, bem como dos seus setores, e nesse caso específico, do setor de educação.

Quando se observa as características da gestão na atualidade, com base no paradigma globalizado e neoliberal, nota-se que algumas exigências para gerir as escolas desses dois grupos são muito parecidas, mas, na sua essência são “teoricamente” diferentes. A seguir, encontra-se um quadro comparativo construído com base na análise de tais ambigüidades, partindo das leituras encontradas nos Cadernos de Educação do MST e sobre a gestão para qualidade total, bem como as subjacentes ao modelo das Relações Humanas (MARTINS, 2008; Oliveira, 2005):

GESTÃO NA BUROCRACIA ESTATAL (SEMED)	GESTÃO NO MST
Participação nas decisões com base num universo onde as tarefas são descritas previamente pela gerência.	Participação nas decisões e nas definições de como serão realizadas as tarefas.
Pré-disposição do indivíduo ao trabalho, acionado por necessidades de prestígio, aprovação social, auto-afirmação.	Interesse do sujeito num trabalho que desenvolva a aprovação social e a legitimidade do coletivo.
A força do grupo sobre o indivíduo redefine o comportamento estabelecendo novos modos de agir em benefício do mercado.	A ação do grupo sobre o sujeito redefine o comportamento eliminando valores egoístas e estabelecendo modos de agir em benefício da coletividade.
A redução do político ao psicológico facilita o espaço de cooptação, reforçando o comportamento dependente.	O desenvolvimento dos aspectos políticos e psicológicos é trabalhado ideologicamente de forma que não haja cooptação e desenvolva a consciência crítica não havendo dependência.
A escola recupera a dimensão humana e insere na vertente da produtividade, com base no individual.	A escola recupera a dimensão humana direcionando-a para a transformação social, com base na socialização da produtividade.
Relações de poder e autoridade são internalizadas de forma que o indivíduo, e não a tarefa passa a ser o centro do processo, ainda permanecendo a verticalização.	Relações de poder e autoridade são horizontalizadas de forma que as tarefas são socializadas no coletivo.
A gestão é usada como mecanismo de dominação.	A gestão é usada como mecanismo de crescimento grupal, onde o poder é horizontal na realização das ações sociais.

Nesse sentido, a gestão educacional das escolas do MST se difere das demais escolas uma vez que os gestores responsáveis pelas escolas de assentamentos tem que se preocupar com outras atividades do dia-a-dia dos assentamentos, e com a participação da comunidade escolar, com base no diálogo e na coletividade dos assentados e acampados, se caracterizando como um paradigma progressista de gestão. A educação trabalhada nesse contexto é classificada por Caldart (2002, p. 131) como uma educação cuja matriz teórica é o próprio Movimento como sujeito e princípio educativo, no qual a pedagogia se constitui a partir da luta social que tem um peso formador.

É a partir da própria luta que o Movimento vai fazendo a sua história e aprendendo a partir dessa dialética que vai constituindo uma práxis social transformadora e, chegando às escolas por meio do estudo da realidade, da cultura e dos valores da comunidade. Esse pressuposto dicotomiza do que propõe o paradigma conservador de educação que não constrói coletivamente, mas sim, apresenta uma proposta pronta, verticalizada.

Vale ressaltar que essa formação tem tanta importância para o Movimento que foram instituídos setores responsáveis para realizá-la: o setor de educação e o setor de formação. O objetivo do setor de formação é possibilitar uma formação sociopolítica aos “Sem Terra”, fazendo-os compreender o sistema capitalista, as razões históricas da situação dos trabalhadores, as alternativas ao modelo político e econômico vigente, etc. (MORISAWA, 2001, p. 205).

No setor de educação o trabalho está relacionado à implementação de uma proposta pedagógica de base marxista voltada para os valores humanistas e socialistas, tendo como norte os princípios pedagógicos e filosóficos do Movimento. Observando os materiais pedagógicos produzidos pelo setor de educação do Movimento, constata-se nos referenciais teóricos a presença de intelectuais marxistas a exemplo de Antonio Gramsci, Mao Tse-tung, Engels, Rosa Luxemburgo, Pristrak, György Lucács, Karl Kaustky, Lênin, Kollontai, Paulo Freire, Anton Makarenko, José Martí, dentre outros.

O marxismo serviu como fundamento para a pedagogia socialista de vários intelectuais que objetivavam fazer uma transformação da sociedade em direção ao comunismo, passando, inicialmente, pelo socialismo.

Cambi (1999), analisando os estudiosos da pedagogia socialista, destaca Makarenko como o grande pedagogo que também tinha como base a formação de um cidadão que estivesse dentro do perfil de sociedade revolucionária, por meio da qual se partisse de um forte engajamento e de normas no campo ético. A teoria de Makarenko se assenta em dois

princípios primordiais: o trabalho coletivo e o trabalho pedagógico. De acordo com Cambi, o “coletivo” é um organismo social vivo, colocado, ao mesmo tempo, como meio e fim da educação. É um conjunto finalizado de indivíduos “ligados entre si” mediante uma responsabilidade sobre o trabalho e com a participação no trabalho coletivo (1999, p. 560).

O trabalho produtivo nasce da consciência própria do coletivo, de se estar inserida no desenvolvimento da sociedade, da qual deve participar ativamente, fazendo suas, também as conquistas efetuadas no plano econômico (CAMBI, 1999, p. 561). Conclui-se que, mesmo a burocracia, se fazendo presente pela separação de funções, havia espaço democrático para discussões e, mesmo que devesse se submeter às regras, na medida em que estas eram construídas no coletivo, não havia uma obediência vertical, e sim horizontal, porque todos participam do processo de decisão.

Outro destaque da pedagogia socialista foi Pistrak (1981) que teve como objetivo criar uma proposta de educação revolucionária com base no marxismo, cujo foco era formar um tipo de cidadão capaz de fazer valer o ideário da Revolução Russa⁶. Por meio de Pistrak, a revolução soviética passou a ter um projeto educacional de ensino primário e secundário que teve como meta a formação de homens vinculados ao presente, desalienados, mais preocupados em criar um futuro do que cultivar o passado, e cuja busca do bem comum superasse o individualismo e o egoísmo (PISTRAK, 1981).

Para Pistrak (1981), “sem teoria pedagógica revolucionária não poderá haver prática pedagógica revolucionária”. O aluno deve participar do trabalho na fábrica junto com operário para que desenvolva sentimentos necessários a uma educação social, impedindo que esse ensino tenha somente teoria. Para tanto, os aprendizes devem estudar todas as partes da fábrica.

Gramsci apresenta a educação no marxismo sobre outra ótica. Com base na filosofia da práxis, observa que a atividade humana transforma o real e é controlada pela ação. Parte da superestrutura para fazer a revolução da realidade por meio da educação, a qual pode envolver diversos grupos sociais (bloco histórico) para construir uma hegemonia cultural e política (CAMBI, 1999, p. 562).

Os estudiosos da pedagogia socialista tiveram como base a concepção de formação integral marxiana que tem como pressuposto a superação da divisão do trabalho, a união do trabalho manual com o intelectual, cujo objetivo é o domínio do conhecimento científico e tecnológico do processo produtivo. Essa concepção marxista tem como elementos chave duas

⁶ A idéia educacional da Revolução Russa era realizar uma nova sociedade que realizaria a fraternidade e igualdade, o fim da alienação (TRATEMBERG, 2006).

categorias de análise: a politecnicidade⁷ e a omnilateralidade⁸, a partir das quais seja possível chegar às proposições pedagógicas da Escola do Trabalho e da Escola Unitária.

A expressão “pedagogia socialista”, do ponto de vista marxista, só faz sentido como uma orientação pedagógica em períodos de transição entre a forma social capitalista com a correspondente pedagogia burguesa e a forma social comunista na qual – e apenas nela – será possível emergir uma pedagogia propriamente marxista, vale dizer, uma pedagogia comunista (SAVIANI, 2007, p. 1).

Na atualidade, um dos pensadores que também discute uma proposta de educação socialista é Mészáros (2002). Ele condena as concepções fatalistas que dizem não haver alternativas à superação do capitalismo. Para Mészáros (2002), essa superação só acontecerá de forma muito planejada, e a educação faz parte desse contexto de conscientização dos trabalhadores a respeito da exploração capitalista e dos mecanismos de ultrapassá-la. Para tanto, o papel da educação é indispensável para ajudar na elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como uma automudança consciente dos indivíduos. Assim, faz-se necessária uma democratização da educação.

Nesse sentido, destaca-se então, a preparação para a pretensa transformação social apreendida pelo Movimento, a qual extrapola o processo ensino-aprendizagem regular do processo de escolarização formal, rumo à uma forma progressista de gerir a educação, com vistas à uma sociedade socialista.

Assim, o gestor do MST deve ser um militante com preparo político e técnico para fazer com que essa formação político/pedagógica nas áreas de assentamentos aconteça tendo como referência a qualificação de pessoas para a intervenção social. O que só é possível por meio de uma educação que estimule a criticidade, a participação social e a preocupação com a formação integral dos educandos. Para tanto, faz-se necessário que os elementos pedagógicos como: conteúdos, planejamento, metodologia e currículo, sejam voltados para o alcance de tais objetivos.

Vale ressaltar que, de acordo com o setor de educação do MST, todo o processo pedagógico deve ser elaborado de forma conjunta pelo coletivo de educação de cada assentamento. E é de responsabilidade do coordenador de área acompanhar e coordenar esses momentos, nos quais a burocracia se faz presente através da formalização dos planejamentos

⁷ Constitui-se do domínio científico e tecnológico do trabalho.

⁸ Diz respeito à formação do homem integral, ou seja, uma formação que abranja o desenvolvimento de todas as potencialidades físicas e mentais (GRAMSCI, 1978).

e da sistematização dos conhecimentos, que serão cobrados, posteriormente, classificando os alunos por meio das notas.

- **conteúdos:** de acordo com a orientação do setor de educação, os conteúdos devem levar em consideração os princípios educativos do Movimento, ou seja, a relação com a terra, o trabalho, a produção das relações sociais da comunidade, a coletividade, a cultura, partindo da própria realidade.

- **planejamento:** organizado pela gestão educacional do MST vai além da preparação de aulas, como às vezes é entendido. Ele tem a ver com o conjunto de atividades desenvolvidas pela escola. Acontece de forma coletiva, combinando participação e divisão de tarefas. (Caderno de Educação, nº 06, 1995, p. 7).

- **metodologia:** o MST tem como elementos fundamentais o trabalho com temas geradores, cujo objetivo é partir da realidade dos educandos, tentando superar as situações-limites apresentadas nos assentamentos, fazendo com que os conteúdos apareçam de forma contextualizada e interdisciplinar. Outro aspecto é a integração teoria-prática para que haja o domínio da técnica e da teoria, e que essa teoria possa ser transformada em conhecimento científico a partir da prática e da necessidade da comunidade.

- **currículo:** predomina a base nacional comum de caráter obrigatório, porém, na parte diversificada observa-se a presença de disciplinas voltadas para o desenvolvimento de valores coletivos e também de estudos voltados para o campo. Assim, percebe a garantia dos direitos expressos na LDB 9394/96:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Conclusão

Para prosseguir a luta pela transformação da sociedade o MST propõe uma educação diferenciada que leva em conta valores políticos, pedagógicos, ideológicos e culturais, que ultrapassa o que é proposto pela escolarização formal implementada na proposta de ensino estatal. Porém, para isso, é preciso que este movimento social tenha, em seus assentamentos, o uso da burocracia estatal, que se faz presente por meio da educação como política pública, para, assim, cumprir o direito constitucional de que o Estado garanta a cidadania do seu povo.

O que diferencia o MST dos demais movimentos sociais é a sua forma de lutar com características de movimento popular em que abarca todos: homens, mulheres, crianças, anciãos (FERNANDES, 2000, p. 84). Nesse sentido, essa é uma forma de fazer a educação

acontecer, pois se todos estão incluídos nesse processo educativo de resistência popular, verifica-se que a aprendizagem ocorre não só em espaços escolares, mas também nas marchas, nas reuniões, nas discussões de encontros nacionais e estaduais, nos seminários, assembleias, dentre outros. Essa educação “diferente” colocada por Caldart (2004), redonda obviamente na forma de gestão, que precisa ser mais política e envolvida com as causas do povo Sem Terra, ou seja, militante.

O papel do gestor nas escolas de assentamentos é de fundamental importância por ser o mediador junto aos órgãos da burocracia estatal. Como “subordinado” às secretarias de educação, precisa atender as decisões administrativas, pedagógicas e burocráticas decididas por quem, muitas vezes, não tem vivência com os movimentos sociais do campo. Nesse sentido, o gestor, de acordo com o MST, deve ser muito comprometido com o projeto pedagógico que seja construído pela coletividade da escola, e não com os projetos em forma de “pacotes prontos” nas instituições escolares. Assim, esse gestor deve ter um perfil que leve em consideração os seguintes elementos:

- capacidade de criar um ambiente educacional que tenha respeito e afetividade;
- exercitar a cidadania junto com a comunidade;
- pensar no crescimento profissional e pessoal de todo o coletivo da escola;
- ter uma relação humanizadora com todos.

Aqui aparece o debate marxiano de que a sociedade é produto da história e produto concreto dos homens, que são aquilo que produzem ou a forma como produzem. Observa-se então, que a gestão escolar do MST, tem tentado se inserir no debate junto à burocracia estatal, buscando fazer com que a educação no movimento aconteça de forma coletiva, dialética e dialógica, ou seja, “em movimento”, construindo a história do MST.

Referências:

- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9394/96.
_____. Senado Federal. **Constituição Federal de 1988**.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. **Educação em movimento**. Formação de educadores e educadoras no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **Projeto popular e escola do campo**. Vol. 3. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2004.

_____. Movimento Sem Terra: lições de pedagogia. Ver. Currículo sem Fronteiras. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/articles.htm> 2006.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorenchi. São Paulo. Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

FERNANDES, B. M. **Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Por uma educação básica do Campo**. Texto-Base da Conferência Nacional. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo: Makron, McGraw Hill. 1991.

GENTILI, P. Ocupar a terra, ocupar as escolas: dez questões e uma história sobre a educação e os movimentos sociais na virada do século. In: _____. **A Falsificação do Consenso. Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRAMSCI, A. **La costruzione del partito comunista (1921-1926)**. Turin, Einaudi, 1978.

JUPIASSÚ, H. **Dicionário básico de filosofia**. Danilo Marcondes. 5. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; MOLINA, Monica Castagna (orgs). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. v. 4. Brasília: Editora UnB, 1999.

MACHADO, I. F. **A Organização do Trabalho Pedagógico em uma Escola do MST e a perspectiva da formação omnilateral**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

MARTINS, F. J. (org). **Educação do campo e formação continuada de professores**. Porto Alegre: Est Edições, 2008.

MEINERZ, C. B. & CAREGNATO, C. E. Educação e processos de escolarização no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Revista Ciências e Letras**, Porto Alegre. n. 49, p. 43-62, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos/article/view/75/92>

MENEZES Neto, A. J. **Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI**. São Paulo : Boitempo, 2007.: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos).

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOLINA, Mônica C.; FERNANDES, Bernardo M. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, 5).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Princípios da Educação no MST. **Caderno de Educação**, Porto Alegre, nº8, 1996.

_____. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Cadernos de Formação, nº 30. São Paulo: Peres, 1995.

_____. **Escola Nacional Florestan Fernandes**. MST Informa - Edição Especial, nº 82.[on-line]. Jan. 2005. [cited 20.12.2005]. http://www.mst.org.br/informativos/mstinforma/mst_informa82.htm.

_____. **O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil**.

Documentos Básicos. São Paulo: [s.n.], 2005.

_____. **O MST e a cultura**. 2 ed. Cadernos de Formação, nº 34. Veranópolis: ITERRA, 2001.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Acompanhamento às Escolas**. Boletim da Educação, nº 08. São Paulo: Peres, 1997.

OLIVEIRA, M. A. M. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PEREIRA, A. R. Origem e gestão do setor de educação do MST no sudoeste da Bahia. In: **Itinerários de pesquisa: políticas públicas, gestão e práxis educacional**. CRUSOÉ, N. M. C.; NUNES, C. P.; SANTOS, J. J. R. (Orgs). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.

PISTRAK, E. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

SAVIANI, D. **Intervenção na Mesa IV – Teoria Marxista e Pedagogia Socialista**, integrante da programação do III EBEM (Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo). Salvador, 14 de novembro de 2007. Disponível em: www.grupos.com.br/.../pedagogiasocialista2009/Messages.html? Acesso em: 02/07/2012.

SANTOS, A. R. dos. **A gestão educacional do MST e a burocracia do Estado**. Dissertação de Mestrado – UFMG – 2010.

SOUZA, M. A. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TRATEMBERG, M. **Burocracia e ideologia**. 2 ed. ver. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Coleção Maurício Tratemberg).

WILLIAMS, R. **Cultura e sociedade**. 1780-1950. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.